



**FINANÇAS PESSOAIS, CRÉDITO CONSIGNADO E QUALIDADE DE
VIDA: UM ESTUDO SOBRE A SITUAÇÃO DOS
SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DE UMA IFES**

PROGRAMA BEM-ESTAR FINANCEIRO

Relatório técnico apresentado pela mestrande Alinne Aparecida Camilo do Carmo ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação da Profª Drª Maria Aparecida Curi e sob coorientação do Prof. Dr. Adriano Antônio Nuintin , como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.



Resumo 03

Contexto e/ou organização e/ou
setor da proposta 05

Público-alvo da proposta 06

Descrição da situação-problema 07

Objetivos da proposta de intervenção 09

Diagnóstico e análise 10

Proposta de intervenção 15

Responsáveis pela proposta de
intervenção e data 18

Referências 19

RESUMO

A popularização do crédito consignado bem como o endividamento familiar tem crescido nos últimos anos. O aumento da utilização dessa modalidade de crédito por parte dos servidores públicos, apontado em algumas pesquisas, os coloca como principais componentes no grupo de brasileiros com dívidas. A presente pesquisa teve como objetivo geral investigar a relação entre finanças pessoais, a utilização de crédito consignado e a percepção de qualidade de vida dos servidores técnico-administrativos da UNIFAL-MG, conforme a definição de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (OMS). Trata-se de uma pesquisa quantitativa, de natureza descritiva e exploratória, sendo realizada em uma amostra de 155 servidores. Para buscar responder qual a percepção dos servidores técnico-administrativos da UNIFAL-MG em relação às suas finanças e à qualidade de vida, utilizou-se e um questionário sobre finanças pessoais, que abordou os aspectos de endividamento familiar e o comportamento sobre finanças, e um questionário sobre qualidade de vida, o WHOQOL-BREF, que foi desenvolvido pela OMS.

Para a análise dos dados da pesquisa, aplicou-se o método estatístico modelo de regressão linear múltipla. Os achados sugerem a existência da relação entre finanças pessoais e qualidade de vida. A média da avaliação geral da qualidade de vida sugere que, na percepção dos servidores, a qualidade de vida é “boa” e que estão “satisfeitos” com sua saúde. A questão sobre recursos financeiros foi a que apresentou a menor média. Pode-se inferir que os servidores possuem um nível razoável de educação financeira e raramente assumem comportamentos consumistas e de descontrole financeiro. Dentre os servidores que possuem crédito consignado, percebe-se que uma pequena parcela tem boa parte da renda comprometida com o valor das parcelas, porém, demonstraram fazer uma utilização consciente do crédito.

“O aumento da utilização dessa modalidade de crédito por parte dos servidores públicos, apontado em algumas pesquisas, os coloca como principais componentes no grupo de brasileiros com dívidas.”

Mesmo os resultados não demonstrarem um comprometimento excessivo da renda pessoal, o que poderia causar impactos tanto materiais como psicológicos aos servidores, a maioria demonstrou preocupação com a sua situação financeira. Nesse sentido, espera-se que a proposta de intervenção possa ser aplicada como meio de manutenção da boa administração dos recursos e financeiros e de prevenção ao endividamento excessivo, principalmente em situações de crise.

A educação financeira pode ser entendida como um processo pelo qual o indivíduo pode compreender melhor os produtos financeiros oferecidos no mercado, a fim de administrar melhor suas finanças pessoais.

CONTEXTO

Nos últimos anos, o acesso ao crédito foi popularizado principalmente por meio do crédito consignado. Aliado ao comportamento de consumo e à queda do rendimento familiar, esses fatores podem justificar um aumento do endividamento das famílias brasileiras.

Em 2021, diante de um período difícil da economia brasileira, com a alta dos preços, o endividamento das famílias bateu recorde. Segundo o Banco Central, o saldo das dívidas correspondia a 49,4% da renda acumulada em 12 meses (FOLHA DE SÃO PAULO, 2021).

Um levantamento realizado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) aponta que 77,77% das famílias estão endividadas, ou seja, 7 em cada 10 famílias possuem dívidas a vencer e que 22% dos brasileiros estão com mais da metade dos rendimentos comprometidos com dívidas (CNC, 2022).

Divulgada em maio de 2023, a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), revela que a parcela de famílias brasileiras endividadas chegou a 78,3% em abril deste ano. A taxa é a mesma observada no mês anterior, mas está acima dos 77,7% de abril de 2022.

Em pesquisas realizadas em todo o mundo, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), principal órgão que investiga a situação econômica em nível internacional, constatou que a maioria da população não possui conhecimento suficiente para entender nem mesmo o mínimo sobre produtos financeiros e os riscos relacionados a eles (OCDE, 2013). Dessa forma, a Educação Financeira tem sido reconhecida pelos governos de vários países membros da OCDE e incluída em seus programas de trabalho.



Pela busca dos termos, não foram encontradas muitas produções científicas que relacionem finanças pessoais à percepção da qualidade de vida pelo servidor. Porém, existem algumas pesquisas desenvolvidas no âmbito das Universidades Federais que apontam a importância do uso consciente do crédito, visto o crescimento do endividamento de seus servidores.

PÚBLICO-ALVO

A pesquisa foi realizada com os servidores técnico-administrativos ativos da UNIFAL-MG, lotados na Sede, Unidade Santa Clara, Campus de Poços de Caldas e Campus de Varginha.

Servidores ativos são aqueles que se encontram em efetivo exercício, ou seja, exclui-se desta população os aposentados.

De acordo com dados da Progepe, obtidos por meio do e-SIC - Fala.BR, no momento da pesquisa, a Instituição contava com um total de 333 servidores técnico-administrativos.

No PDI 2021-2025, Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIFAL-MG (2020), pode ser verificada a existência de um perfil qualificado do corpo Técnico-Administrativo em Educação - TAE, em que 84,72%, no mínimo, possuem qualificação acima do mínimo exigido para seus respectivos cargos.

Este resultado de qualificação é fruto das políticas instituídas pela Lei nº 11.091/2005 e suas alterações, e, principalmente de ações institucionais como o Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento dos Servidores TAE's, o PAC e o PROQUALITAE (UNIFAL, 2020).

A Figura 1 apresenta o quantitativo de TAES por titulação em tempo real

Figura 1- Quantitativo TAES por titulação em tempo real

TAES por Titulação	Quantidade	%
TÉCNICO (NÍVEL MÉDIO COMPLETO)	5	1,53
NÍVEL MÉDIO COMPLETO	13	3,99
GRADUAÇÃO (NÍVEL SUPERIOR COMPLETO)	20	6,13
ESPECIALIZAÇÃO NÍVEL SUPERIOR	122	37,42
MESTRADO	129	39,57
DOCTORADO	37	11,35
Total:	326	

Fonte: Portal de dados abertos UNIFAL (2023)

DADOS

A partir da Tabela 1, é possível observar a evolução dos valores repassados às Instituições Financeiras, referentes aos contratos de consignação, bem como do quantitativo dos TAES da UNIFAL-MG com crédito consignado, nos anos de 2021, 2022 e 2023 (até maio).

Tabela 1 – Valores repassados aos Bancos e Nº de Consignados - Servidores Ativos (TAES)

Ano	Total Valor Repassado (R\$ milhões)	Nº total TAES	TAES com consignados	% de TAES com consignados
2021	2.615.125,18	328	245	74,69%
2022	2.853.833,22	333	262	78,67%
2023 (até maio)	1.324.987,70	326	269	82,51%

Fonte: UNIFAL (2023) – Elaborada pela autora.



DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA



A motivação para essa investigação se dá num contexto de um crescente endividamento das famílias apontado por algumas pesquisas, nas quais também se evidencia um aumento do uso da modalidade do crédito consignado por parte dos servidores públicos.

Em 2019, de acordo com o Banco Central do Brasil, os servidores públicos atingiram R\$222,2 bilhões de endividamento em crédito consignado e o saldo devido aos bancos nessa modalidade de crédito havia crescido 17,8% em relação a 2018. O aumento de R\$33,6 bilhões era 46% maior que todos os débitos dos trabalhadores da iniciativa privada com o mesmo tipo de crédito (BCB, 2019).

Bruno e Gentil (2022) colocam de maneira mais precisa que 85% do endividamento das famílias brasileiras é atribuído aos servidores públicos. Para além de uma ferramenta de incentivo ao consumo, o crédito tem sido utilizado também como uma alternativa de compensação da redução de salários e de benefícios sociais, tanto de trabalhadores do setor público quanto do setor privado (BRUNO; GENTIL, 2022).

Outro fator preponderante relacionado ao endividamento das famílias reside no fato de que há um conhecimento insuficiente em relação às finanças. A expansão de crédito e de consumo, desprovida de uma educação financeira, pode acelerar o endividamento e comprometer o orçamento familiar.

Como o crédito consignado pode ser facilmente contratado e as taxas de juros oferecidas pelas instituições financeiras são atrativas, os servidores públicos têm cada vez mais aderido a essa modalidade de crédito, o que muitas vezes, pode levar a um elevado grau de endividamento e até mesmo à inadimplência. Para além da facilidade de contratação, os autores Bruno e Gentil (2022) também destacam o fato de os servidores públicos estarem limitados em seu espaço de atuação nos aparelhos estatais, onde se deparam com uma redução de direitos sociais (salários indiretos), o que os forçam a buscar por empréstimos para o complemento de sua renda e alívio passageiro para a carência do poder de compra.

Nas plataformas das mídias sociais podem ser encontradas várias “mentorias” a respeito de educação financeira, algumas voltadas especificamente para servidores públicos, inclusive. Esse fato corrobora com algumas pesquisas realizadas no âmbito das Universidades Federais que apontam a Educação Financeira de seus servidores como forma de mitigação do superendividamento. Diante disso, destaca-se a importância da Educação Financeira para minimizar e evitar os danos causados por um endividamento excessivo.

Segundo dados retirados do SIAPE e fornecidos pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UNIFAL-MG, por meio do e-SIC (Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão) ferramenta que integra o Fala.BR, uma Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Governo Federal, os valores repassados às Instituições Financeiras referentes à consignação de servidores ativos, nos anos de 2021, 2022 e até maio de 2023, somaram a quantia de R\$ 22.170.320,34 (vinte e dois milhões, cento e setenta mil, trezentos e vinte reais e trinta e quatro centavos).

Diante do exposto, percebe-se a existência de pressupostos de um aumento significativo do endividamento dos servidores públicos com crédito consignado.

Nesse sentido, a partir das inspirações de autores como Alves (2016), Acordi (2019), Collares(2019), Silva(2020), Viana (2020), Gonçalves (2021), Orozimbo Júnior (2021), entre outros autores, que estudaram temas como finanças pessoais, endividamento familiar e qualidade de vida, crédito consignado, superendividamento, este estudo busca responder a seguinte pergunta: **qual a percepção dos servidores técnico-administrativos da UNIFAL-MG em relação às suas finanças e a qualidade de vida?**

OBJETIVOS DA PROPOSTA

Investigar a relação entre finanças pessoais, a utilização de crédito consignado e a percepção de qualidade de vida dos servidores técnico-administrativos da UNIFAL-MG.



Objetivos Específicos

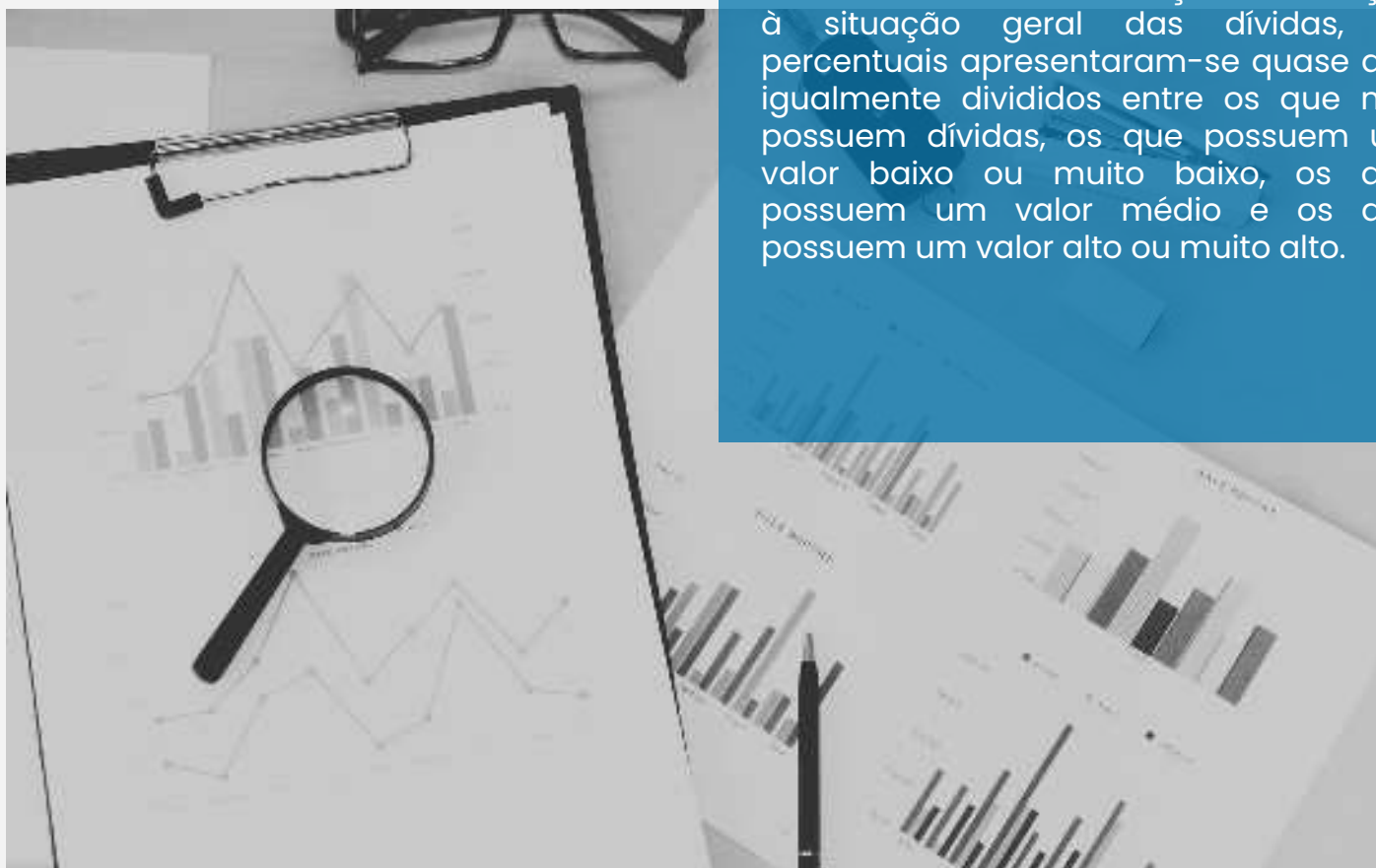
- Levantar informações acerca das finanças pessoais, crédito consignado e percepção da qualidade de vida dos servidores técnico-administrativos da UNIFAL-MG;
- Analisar a relação entre finanças pessoais e qualidade de vida dos servidores técnico-administrativos da UNIFAL-MG;
- Evidenciar a percepção da situação financeira em relação aos aspectos de endividamento familiar e do comportamento financeiro dos servidores técnico-administrativos da UNIFAL-MG;
- Propor, a partir dos resultados, ações que promovam a educação Financeira e planejamento pessoal para os servidores técnico-administrativos da UNIFAL-MG.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Após a coleta dos dados, as informações extraídas do questionário da pesquisa foram transferidas para o programa Excel e posteriormente para o Software Gretl, 2023. Considerando que o questionário foi enviado para os 333 servidores ativos e efetivos da Universidade Federal de Alfenas e que se obteve um retorno de 155 servidores, a amostra foi composta por 155 servidores.

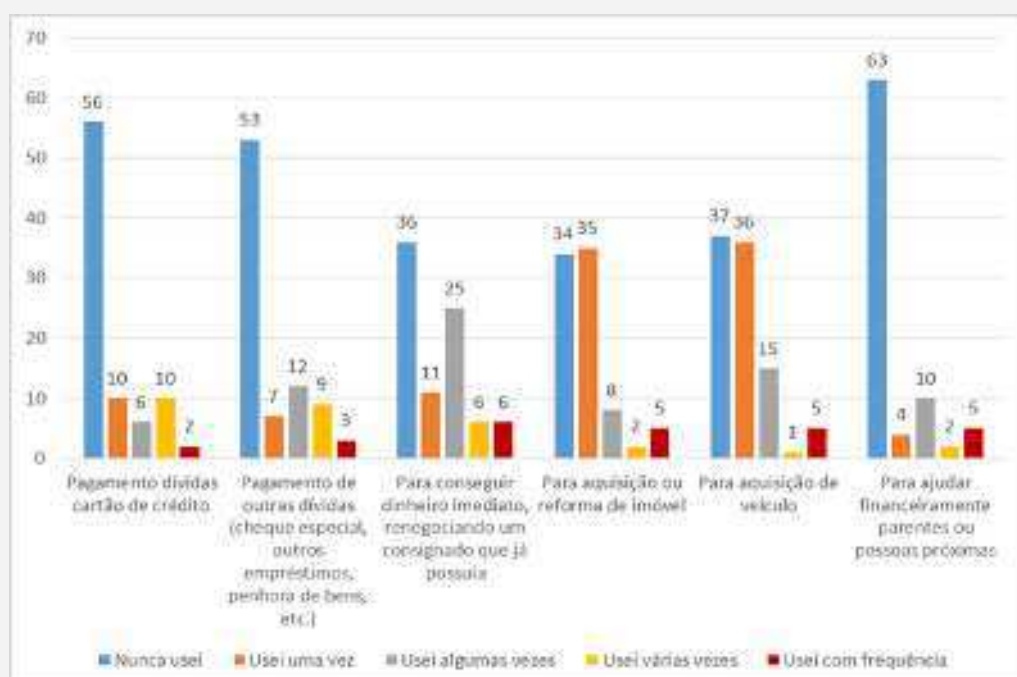
Com relação ao perfil socioeconômico, constatou-se que a amostra é constituída por um público bem equilibrado no que diz respeito ao gênero, com pequena maioria do gênero feminino. Em relação ao estado civil, a maioria da amostra apresentou-se “Casado (a) / união estável. Constatou-se também, que o público em geral possui nível de instrução elevado, onde mais da metade possui titulação de mestrado e doutorado.

As respostas dos questionários foram utilizadas para traçar um perfil das finanças pessoais, e constatou-se que as dívidas mais recorrentes entre os servidores são dívidas relativas a crédito consignado, financiamento imobiliário e cartão de crédito. Quando perguntados sobre possuírem contas em atraso, identificou-se um percentual bem baixo de servidores nesta condição. Em relação à situação geral das dívidas, os percentuais apresentaram-se quase que igualmente divididos entre os que não possuem dívidas, os que possuem um valor baixo ou muito baixo, os que possuem um valor médio e os que possuem um valor alto ou muito alto.



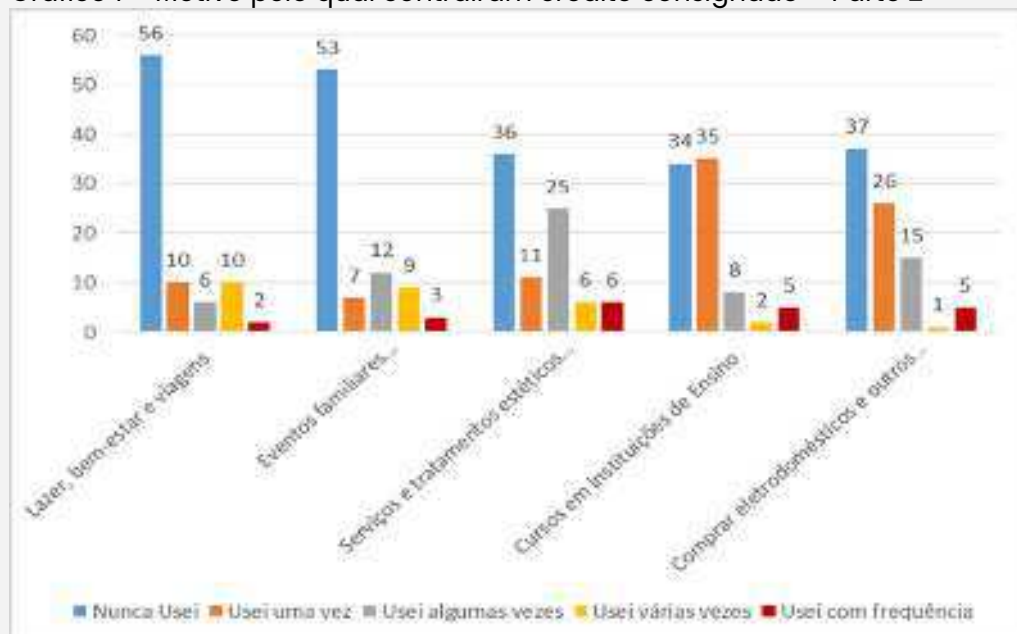
Os principais motivos apresentados para aquisição de crédito consignado estão descritos no Gráfico 1 (parte 1 e parte 2) e foram para pagamento de dívidas com cartão de crédito, para pagamento de outras dívidas (cheque especial, outros empréstimos, penhora de bens, etc.), para conseguir dinheiro imediato, negociando algum consignado que já possuíam, para lazer, bem-estar e viagens, para eventos familiares e para serviços e tratamentos estéticos.

Gráfico 1– Motivo pelo qual contraíram crédito consignado – Parte 1



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

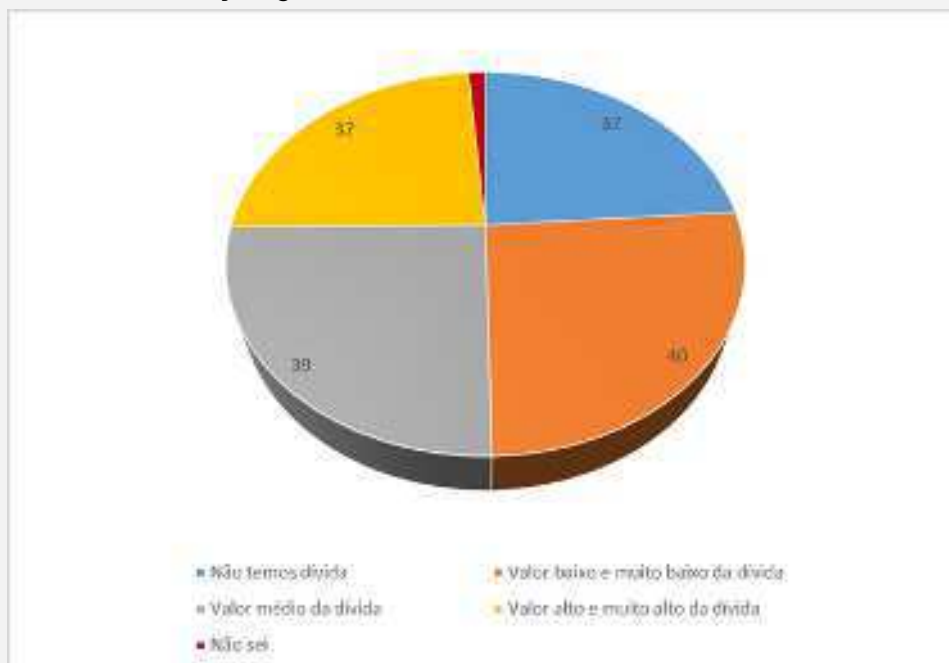
Gráfico 1 – Motivo pelo qual contraíram crédito consignado – Parte 2



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Quando perguntado sobre a situação geral, somando todas as dívidas do servidor e de sua família, considerando o valor atual em relação à renda da família, o resultado obtido aponta que 24% dos servidores não possuem dívidas, 25% possuem um valor médio das dívidas, 26% um valor baixo e muito baixo das dívidas, 24% possuem um valor alto e muito alto das dívidas e apenas 1% não souberam responder. O Gráfico 2 ilustra a situação geral das dívidas dos servidores.

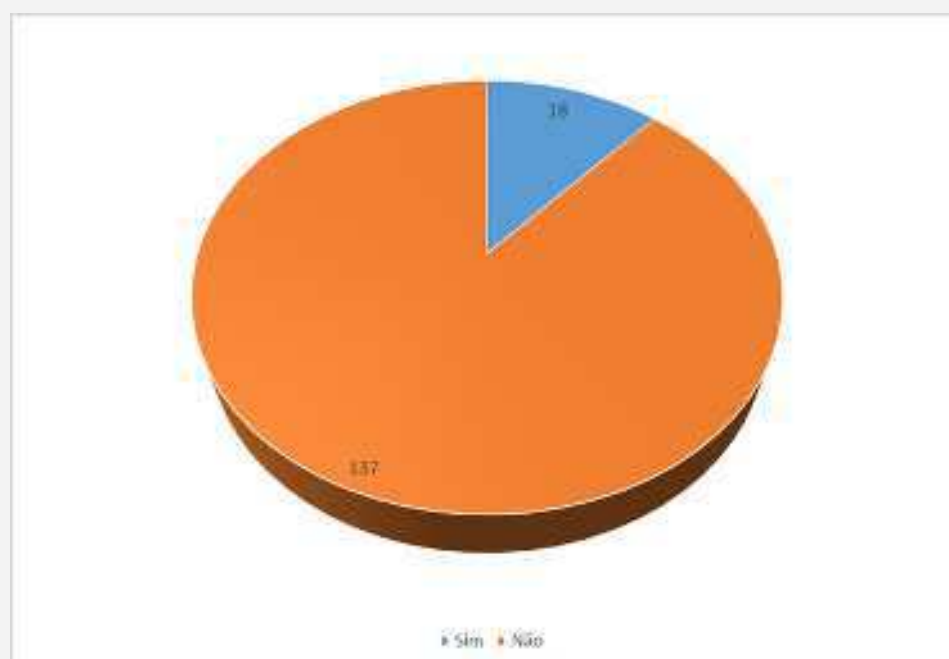
Gráfico 2 - Situação geral do endividamento familiar



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

O gráfico 3 apresenta a situação das contas em atraso. Os dados da pesquisa demonstraram que apenas 11,61% dos servidores/família possuem algum tipo de conta em atraso.

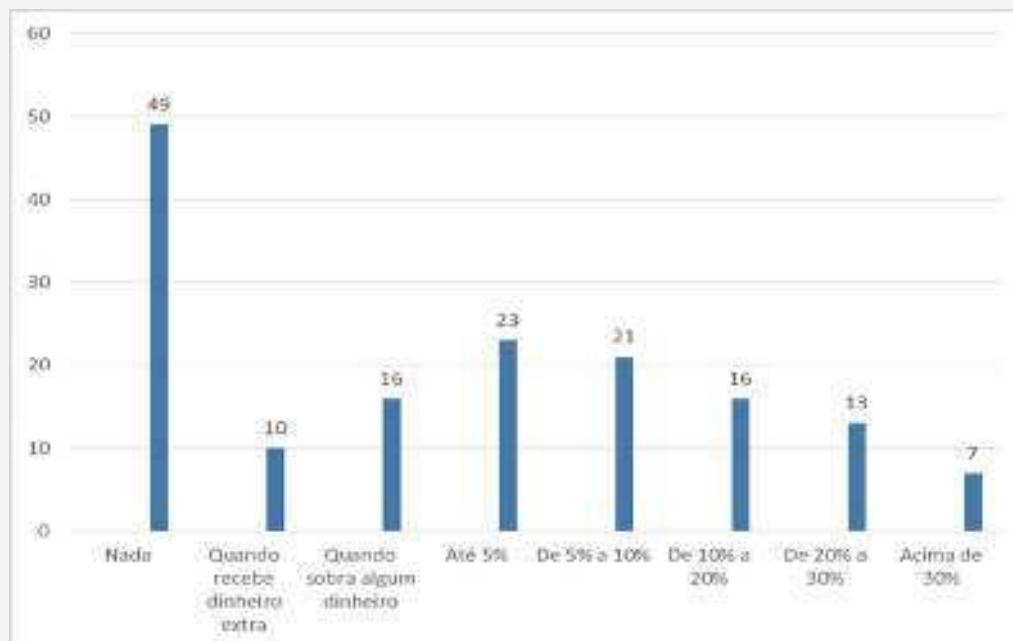
Gráfico 3 - Contas em Atraso do Servidor e da Família



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Observa-se no Gráfico 4 que 31,62% dos servidores e suas famílias não conseguem poupar nada mensalmente, 16,77% dos servidores poupam quando sobra algum dinheiro ou quando recebem algum dinheiro extra e 51,61% possuem algum nível de poupança familiar mensal, ou seja, conseguem poupar um percentual da renda familiar.

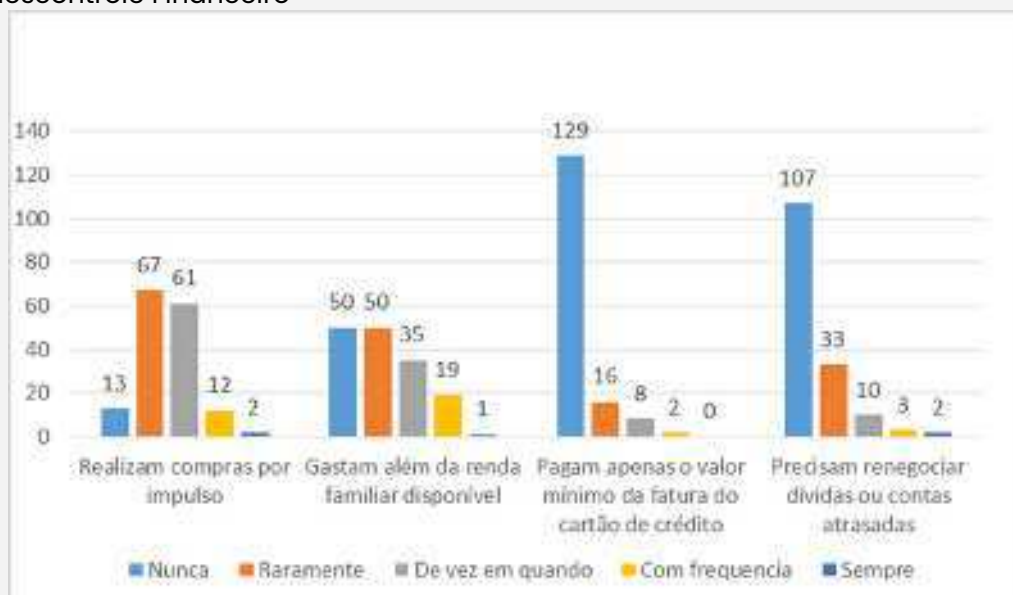
Gráfico 4 Quanto a Família Consegue Poupar Mensalmente da Renda Familiar?



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

O Gráfico 5 apresenta questões relacionadas ao consumo e descontrole financeiro praticados pelo servidor ou família e com qual frequência

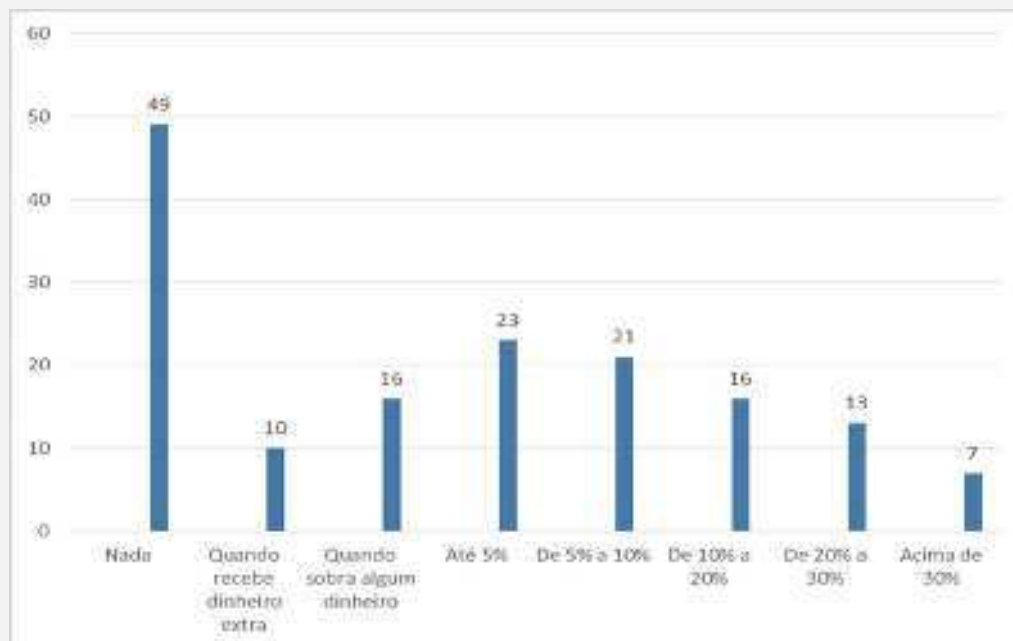
Gráfico 5 - Frequência com que o servidor ou a família praticam atos consumistas ou de descontrole Financeiro



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Observa-se no Gráfico 4 que 31,62% dos servidores e suas famílias não conseguem poupar nada mensalmente, 16,77% dos servidores poupam quando sobra algum dinheiro ou quando recebem algum dinheiro extra e 51,61% possuem algum nível de poupança familiar mensal, ou seja, conseguem poupar um percentual da renda familiar.

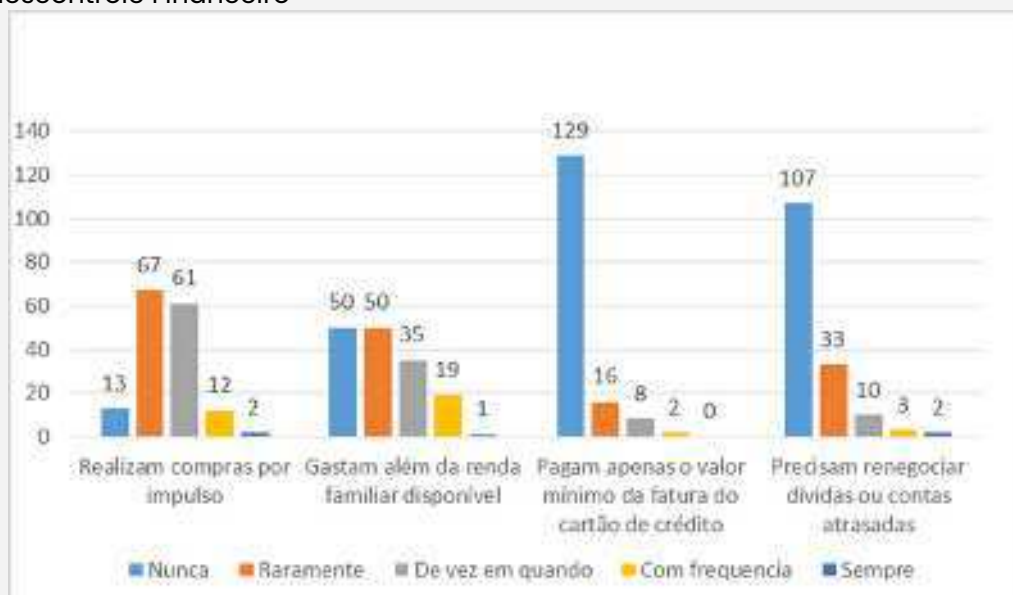
Gráfico 4 Quanto a Família Consegue Poupar Mensalmente da Renda Familiar?



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

O Gráfico 5 apresenta questões relacionadas ao consumo e descontrole financeiro praticados pelo servidor ou família e com qual frequência

Gráfico 5 - Frequência com que o servidor ou a família praticam atos consumistas ou de descontrole Financeiro



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)



PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

O desenvolvimento do servidor público tem levado as organizações públicas a mudarem suas práticas organizacionais. Tais mudanças podem ser observadas principalmente nas políticas de gestão de pessoas, de forma que, por meio do servidor público no exercício do cargo, seja possível obter melhores resultados para o cumprimento de metas e objetivos institucionais (VIANNA, 2015).

A partir de dados coletados nesta pesquisa e modelos sugeridos por outros autores que também estudaram o fenômeno do endividamento, passa-se a indicações de medidas específicas para que os resultados deste trabalho tenham aplicações práticas e prestem o devido retorno à sociedade.

A faceta de qualidade de vida com menor média foi a de “recursos financeiros”. Portanto, é importante observar que tal assunto é de relevância institucional, uma vez que o acesso ao conhecimento financeiro é primordial para a formação de atitudes e comportamentos financeiros responsáveis, refletindo na elevação do índice de Alfabetização Financeira dos seus servidores. Com o intuito de elaborar um possível caminho para a aplicação prática desta pesquisa, coloca-se em evidência um dos assuntos abordados na literatura deste trabalho: a Educação e Alfabetização Financeira.

Nos estudos de Cruz (2022) com os servidores da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), constatou-se o interesse e a preocupação por parte dos servidores pelo tema da Educação Financeira, pois grande maioria das pessoas ainda tem déficit de conhecimento no assunto.

Ficou constatado nos estudos de Silva et al (2020) que o risco ao endividamento está associado a um maior conhecimento sobre finanças pessoais.



Neste sentido, com respeito à discricionariedade e autonomia da instituição de ensino pesquisada, sugere-se como ação de proposta de intervenção, a inclusão de um “Programa de Bem-estar financeiro”, que tem como finalidade desenvolver ações de conscientização e aprendizagem que contribuam para a gestão das finanças e o bem-estar pessoal e profissional dos servidores. O programa compreende na disponibilização para consulta permanente, na página/site da PROGEPE, de conteúdos que orientem o planejamento e controle dos seus recursos financeiros, para a manutenção da saúde financeira e prevenção de situações de endividamento excessivo em momentos de crise. Espera-se que os servidores se tornem mais conscientes no que tange à sua relação com o dinheiro, tenham condições de se planejar financeiramente melhor, e que se tornem autônomos em relação aos seus investimentos.



A UNIFAL-MG destaca em PDI a preocupação em valorizar seus servidores por intermédio de sua capacitação permanente e da promoção de qualificação e as ações de capacitação a serem desenvolvidas que são apresentadas no Plano Anual de Capacitação (PAC).

São objetivos do Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento dos Servidores TAE's da UNIFAL-MG:

Contribuir para que o servidor adquira conhecimentos que permitam o desenvolvimento do pensamento crítico acerca do papel da Instituição, do seu papel, enquanto profissional, e de sua cidadania; promover a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados pela UNIFAL-MG; valorizar os servidores, por meio de sua capacitação permanente e adequação aos novos perfis profissionais requeridos no setor público; promover ações de qualificação para os servidores da UNIFAL-MG, no âmbito da educação fundamental, ensino médio, graduação e pós-graduação Lato e Stricto Sensu e racionalizar os investimentos com capacitação (UNIFAL, 2020).

Sendo assim, a proposta de intervenção encontra-se alinhada também aos objetivos estratégicos, indicadores e metas da UNIFAL-MG, uma vez que em seu PDI existe um eixo temático D sobre a Qualidade de Vida na Universidade (UNIFAL, 2020).

O quadro 1 apresenta sugestões para o desenvolvimento dos conteúdos que serão disponibilizados para consulta e informação dos servidores, conforme proposta de intervenção.

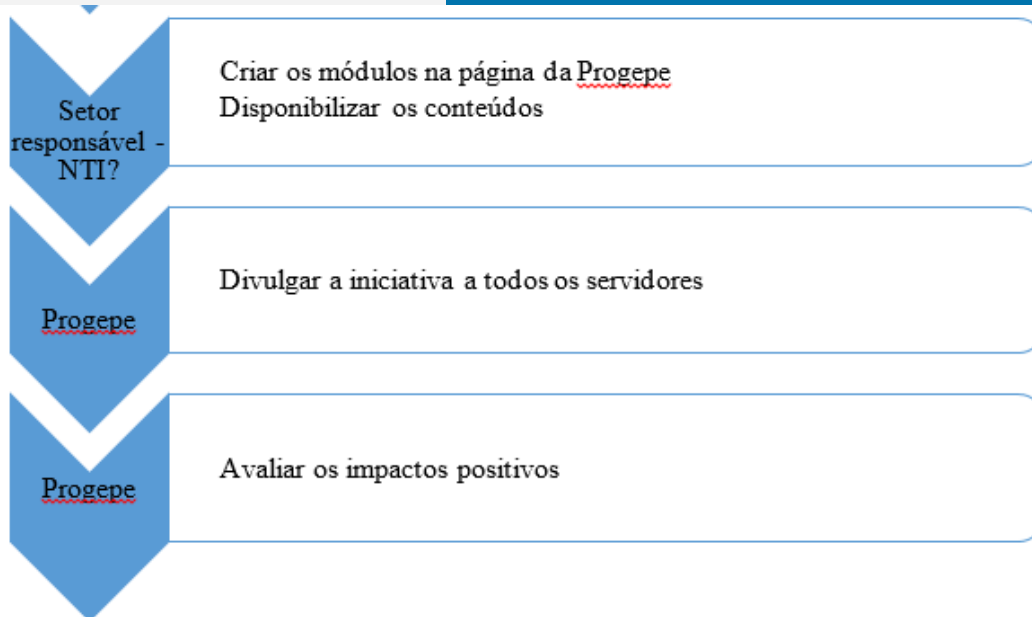
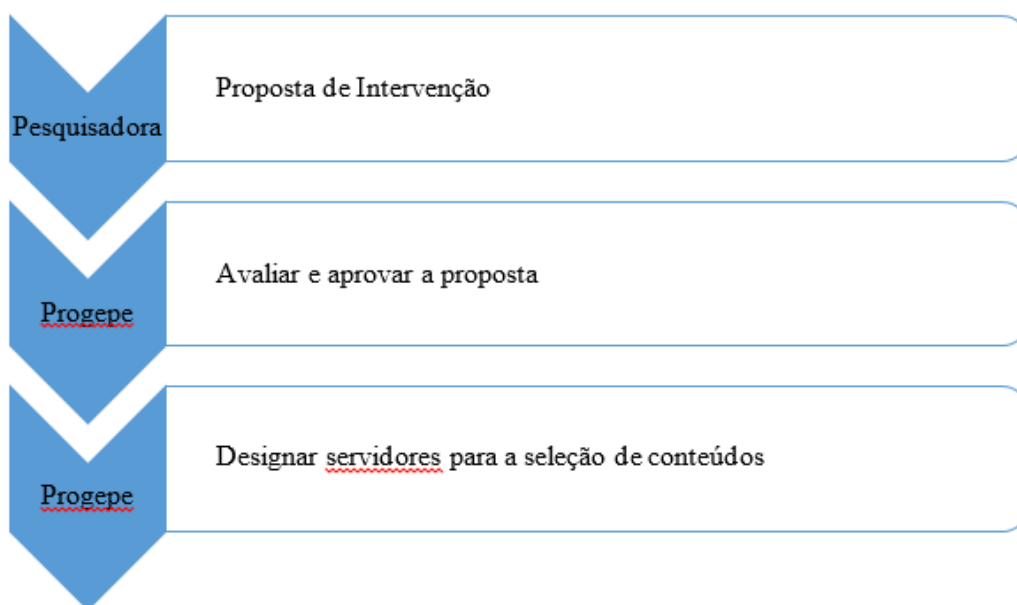
Quadro 1| – Sugestões de módulos e conteúdo para a proposta de intervenção

Módulos	Conteúdo sugerido
Educação Financeira	Introdução à educação financeira: orçamento pessoal, poupança, gastos correntes, receitas, despesas, fluxo de caixa; O conceito de finanças pessoais; Vida Financeira; Comportamento financeiro; Orçamento e Planejamento Financeiro pessoal e familiar; Reserva de Emergência; Renda passiva e renda ativa; Previdência complementar; como acumular pontos e milhas no cartão de crédito entre outros
Investimentos	Introdução a diversificação de investimentos. Comparação risco x retorno entre alternativas de investimento. Escolha entre alternativas de investimento; Renda Fixa, Poupança, Tesouro Direto, Fundos de investimentos imobiliários, etc.
Crédito Consignado	O que é o crédito consignado; Uso consciente do crédito; Vantagens e desvantagens; consultar tabelas de juros; o que é CET (custo efetivo total); tipos de operações de crédito consignado; Como e quando fazer a portabilidade de crédito; Conhecer seus direitos antes de contratar; Como evitar cair em golpes; Onde devo reclamar? Seguro Prestamista, entre outros.

RESPONSÁVEIS PELA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO E DATA

O primeiro passo para a implementação do projeto é a apresentação para a área de gestão de pessoas do Instituição para a obtenção de aprovação da proposta e disponibilização de apoio técnico.

Fluxograma



REFERÊNCIAS

- ACORDI, F.P.C. Finanças pessoais, endividamento familiar e qualidade de vida do servidor. 2019, 145p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) PROFIAP da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2019. Disponível em <http://www.profiap.org.br/profiap/tcfs-dissertacoes-1/utfpr/2019/dissertacao_francine-patricia-costa_2019.pdf>. Acesso em 16 set. 2021.
- ALVES, H. H. da S. O endividamento do servidor público no Brasil: o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016, 76p. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Porto Alegre – RS, 2016. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/147460/000994517.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 05 jun. 2022.
- BRUNO, M; GENTIL, D. L. Endividamento dos Servidores Públicos Brasileiros: as armadilhas da expropriação salarial impulsionada pelo próprio Estado. Caderno da Reforma Administrativa. FONACATE – Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado, Brasília, 2022. Disponível em: https://sinait.org.br/doc_reforma/caderno33.pdf. Acesso em: 15 jul. 2022.
- CNC. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) – fevereiro 2022. p. 1–4, 2022. Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-fevereiro-de-2022/416234>
- COLLARES, C. L. Endividamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas do poder executivo do Estado do Ceará com empréstimos consignados. 2019. 39f. – Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade – FEAAC, Programa de Economia Profissional – PEP, Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza (CE), 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/48448>. Acesso em: 04 ago. 2022.
- GONÇALVES, G. C. Endividamento pessoal: uma análise a partir da utilização do crédito consignado por servidores públicos. 2021. 97 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública)—Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/41309>. Acesso em: 04 maio 2022.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD, 2013). Advancing National Strategies for Financial Education. OECD's Financial Education Project.OECD. Disponível em: https://www.oecd.org/finance/financialeducation/G20_OECD_NSFinancialEducation.pdf Acesso em: 20 out. 2022
- OROZIMBO JÚNIOR, M. L. A educação financeira como mitigação do superendividamento: um estudo de caso com servidores públicos. 2021. 72 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional) – Universidade Federal de Goiás, Aparecida de Goiânia, 2021. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11373>. Acesso em: 04 ago. 2022.
- SILVA et al. Qualidade de vida e endividamento. Desafio Online v.8, n.2, art.8 Mai./Ago. (2020) 353–377. Disponível em <https://desafioonline.ufms.br/index.php/desafio/article/view/9473/7810>. Acesso em 19 set. 2021.
- SILVA, J. M. da. Crédito consignado: perfil dos servidores da UFRPE e a propensão ao risco de endividamento. Recife, 2020. 118p. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/37987>>. Acesso em: 18 mai. 2022.
- SILVA, A. K. P., DA SILVA, F. G. F., FERREIRA, J. L., & CASTRO, P. A. C. (2020). FINANÇAS PESSOAIS: um estudo da relação entre a educação financeira e o endividamento dos servidores da Universidade Federal do Ceará. Revista Eletrônica Gestão e Serviços, 11(2), 3189–3213. Disponível em <https://www.researchgate.net/profile/Gilde-mir>

REFERÊNCIAS

VIANA, S.R.R. Crédito consignado e endividamento dos servidores técnico-administrativos: uma análise econômica da situação da Universidade de Brasília. Dissertação (Mestrado em Economia) Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, Universidade de Brasília, 2020, 134p. Brasília, 2020. Disponível em <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/39675/1/2020_SandroRobertoRodriguesViana.pdf>. Acesso em 16 set. 2021.

VIANNA, V. A. Elaboração de planos de capacitação. Brasília: ENAP, 2015. 85 p. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2383/1/Apostila%26CE_EPC_rev_final_24-11-15.pdf. Acesso em 21 ago. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS (UNIFAL-MG). Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: 2021-2025. 2021f. Disponível em: <https://www.unifalmg.edu.br/planejamento/pdi-2021-2025/>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

Discente: Alinne Aparecida Camilo do Carmo
Orientador: Prof^a Dr^a Maria Aparecida Curi
Coorientador: Prof. Dr. Adriano Antônio Nuintin

Universidade Federal de Alfenas

21 de Setembro de 2023